



84

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0348330-3

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE SALGUEIRO

IMPETRANTE: PATRICYO RISONYLSON DOS ANJOS E SÁ

PACIENTE: JOSÉ MARCELO BARBOSA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

PROCURADORA DE JUSTIÇA: JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

EMENTA: HABEAS CORPUS. ART.33 DA LEI 11.343/06. EXCESSO DE PRAZO. NÃO RECONHECIDO NO CASO CONCRETO. O PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO FEITO DEVE SER INTERPRETADO NORTEANDO-SE PELO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, POIS NÃO EXISTE UM PRAZO ABSOLUTO PARA O TÉRMINO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, DEVENDO-SE SEMPRE CONSIDERAR AS PECULIARIDADES DE CADA PROCESSO. DECISÃO FUNDADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, APLICAÇÃO DA LEI PENAL, CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. DECRETO PREVENTIVO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. SÚMULA 84 DO TJPE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos *habeas corpus* de n.º **0348330-3** em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, nesta data, **por unanimidade, EM DENEGAR A ORDEM**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 23 de 09 de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



85

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0348330-3

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE SALGUEIRO

IMPETRANTE: PATRICYO RISONYLSON DOS ANJOS E SÁ

PACIENTE: JOSÉ MARCELO BARBOSA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

PROCURADORA DE JUSTIÇA: JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

RELATÓRIO

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado por PATRICYO RISONYLSON DOS ANJOS E SÁ, em favor de José Marcelo Barbosa preso preventivamente, pela suposta prática do crime previsto no **art. 33, da lei 11.343/06**.

Notícia a inicial que o paciente está preso desde o dia 15/07/2014. **Decretação da Prisão Preventiva em 16/07/2014.**

Aduz que, o constrangimento ilegal, resta evidenciado, objeto da presente impetração, pois o paciente está há mais de 40 dias preso indevidamente.

Alega que, o paciente claramente foi vítima de armação, ademais o MM Juiz negou por omissão a realização de perícia na motocicleta apreendida com a droga e que seu cliente foi vítima de tortura pelos policiais quando da sua prisão. Pugnou, *in limine*, a concessão do writ para que fosse revogada a prisão preventiva imposta ao paciente José Marcelo Barbosa. Acostou documentos de fls.12/40.

Liminar negada em fls.47/48. Informações prestadas pela autoridade coatora em fls.54/72.

A Procuradoria de Justiça, em parecer, opinou pela **denegação da ordem**.

É o relatório.

Recife, 23 de setembro de 2014.

Relator Des. ODILON DE OLIVEIRA NETO



86

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0348330-3

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE SALGUEIRO

IMPETRANTE: PATRICYO RISONYLSON DOS ANJOS E SÁ

PACIENTE: JOSÉ MARCELO BARBOSA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

PROCURADORA DE JUSTIÇA: JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

VOTO

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado por PATRICYO RISONYLSON DOS ANJOS E SÁ, em favor de José Marcelo Barbosa preso em flagrante em 15.07.2014, pela suposta prática do crime previsto no art. 33, da lei 11.343/06.

Narra os autos que 15.07.2014, o paciente foi preso em uma suposta ronda policial sendo acusado de envolvimento em assalto a uma farmácia da cidade de Salgueiro/PE, com a subtração de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais). Informa que a ronda fora forjada, sendo o mesmo torturado por policiais que também implantaram droga em sua moto.

Sustenta o Paciente que sua prisão deve ser relaxada ante a ausência de fundamentação do decreto preventivo, bem como em se opõe ao excesso de prazo, eis que está custodiado desde 15.07.2014.

Razão não lhe assiste.

Em resposta ao ofício, a autoridade indigitada como coatora informou que a custódia do paciente se fundamentou através **da garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e garantia da aplicação da lei penal**, tendo em vista que além do flagrante, o **paciente já tinha condenação a pena de 54 anos por crime de latrocínio e 06 anos por falsificação de moeda, (fls.55).**

Disse a autoridade coatora (fls.153/154):

Na situação ventilada no incluso auto de prisão em flagrante, noticia a prova testemunhal que: *a) a polícia militar realizava blitz na BR 116, na entrada que dá acesso à cidade de Cedro - PE, zona rural de Salgueiro - PE, quando abordaram a moto Honda CG 150 FAN ES DI, placa PGU 2314, guiada pelo autuado; b) no momento em que a equipe*



87

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

2314, guiada pelo autuado; b) no momento em que a equipe policial se aproximou, o autuado abandonou a motocicleta e saiu correndo; c) a polícia conseguiu capturar o autuado e ao revistarem a motocicleta encontraram, no compartimento de chaves, uma embalagem plástica contendo aproximadamente 85,5 gramas de maconha; d) o autuado foi preso em flagrante e conduzido à Delegacia de Polícia Civil para as providências de praxe.

A junção de todas essas circunstâncias, naturalmente, revelam a intranquilidade e comprometimento da ordem pública, exigindo do Estado-Juiz uma pronta e eficaz resposta para o seu restabelecimento, pois o Poder Judiciário não pode quedar-se omissos diante disso.

Solto, o autuado poderá encontrar os mesmos estímulos relacionados com a infração cometida, além de gerar uma sensação de impunidade e descrédito na justiça, de forma que a conversão da prisão em flagrante em preventiva se impõe, não só para assegurar a correta aplicação da lei penal, mas, também, para evitar que se projete aos olhos da população uma situação de anarquia e inoperância do estado de direito, com riscos para a ordem pública.

Insta acentuar que o delito atribuído ao autuado se insere no rol daqueles equiparados a hediondos, sendo vedado arbitramento de fiança pelo art. 323 do CPP.

Logo, não há o que se falar em ausência de fundamentos do decreto preventivo, eis que a autoridade coatora justificou, de forma clara, a necessidade da manutenção da custódia preventiva.

É VÁLIDO LEMBRAR QUE O ORA PACIENTE JÁ FORA CONDENADO A PENA DE 54 ANOS DE RECLUSÃO POR CRIME DE LATROCÍNIO, CONFORME INFORMAÇÕES DE FLS.55.

A jurisprudência, neste sentido, tem entendimento que a periculosidade concreta do agente, extraída da extrema violência praticada contra a vítima, é suficiente para fundamentar o resguardo da ordem pública (Cf. STJ, RHC 34823/RS, RHC 34823/RS).

Por fim, quanto ao suposto excesso de prazo, acertadamente pontuou a Procuradoria de Justiça:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Pois bem, como já assentado pelo ilustre relator quando do indeferimento da liminar, mero cálculo matemático não induz à conclusão de estar o paciente a sofrer constrição ilegal. No caso em apreço, não há sequer vestígios de retardo inescusável no curso do processo crime. Assiste razão à autoridade impetrada quando afirma a regularidade da marcha processual.

(...)

Diante do exposto, em face dos elementos de provas constantes dos autos, por conveniência da instrução criminal, bem como com o fito de resguardar a ordem pública e assegurar a fiel aplicação da lei penal, converto a prisão em flagrante do agente JOSÉ MARCELO BARBOSA, já qualificado nos autos, em preventiva com fulcro no art. 310, II, do CPP.

Ao caso, deve ser aplicado a súmula 84 desta Corte, assim redigida: *"Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto"*.

Portanto, considerando os argumentos expostos, **entendo que não resta configurado o alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo, muito menos por falta de fundamentação do decreto preventivo que decidiu pela manutenção da custódia do paciente.**

Pelo exposto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 23 de 09 de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator